

A nostalgia dos cabelos brancos: inscrever o outro para derrotá-lo

Felipe Tavares de Araújo*

Introdução

Dizer o que é o outro. Essa é uma forma de poder bastante conhecida e foi tema de várias obras historiográficas. Recebeu, igualmente, as mais diversas abordagens. Definir um grupo específico é delinear-lo, oferecer-lhe contornos distinguíveis. Dizer o que é o outro é dizer o que ele faz, o que diz e o que tudo isso significa. Será sobretudo esse caminho que será traçado. Sobre isso tratará o texto que segue.

Delinear um grupo não significa necessariamente homogeneizá-lo. Também não significa que as definições dadas em certo momento serão rigidamente repetidas em momentos diversos. Não. O processo de inscrição (RICOEUR, 1976) do outro em certos discursos é dinâmico e está relacionado à natureza do jogo no qual ele está inserido. Ele depende, da mesma maneira, dos interesses dos produtores desses enunciados.

O grupo que passa por um processo de inscrição e do qual falamos acima constitui a oposição a outro grupo político que também exerceu vários cargos de mandato eletivo ou mesmo cargos públicos no Rio Grande do Norte. Estamos no período entre 1964 e 1965. Falamos do grupo liderado por Dinarte Mariz e do grupo liderado por Aluizio Alves, respectivamente.

Eles disputaram entre si as eleições de 1965. Cada um deles traçou suas estratégias e utilizou seus argumentos para atacar o outro. Entretanto, recortaremos esse processo, restringindo-o ao que o grupo aluizista¹ disse do grupo dinartista², na tentativa de derrotá-lo.

* Licenciado em História pela UFRN. Mestrando em História pelo PPGH – UFRN.

¹ Quando usamos o termo *aluizista* não nos referimos a uma supremacia absoluta e cristalizada de Aluizio Alves no interior de um grupo político. Essa nomenclatura tem por intuito, apenas, expressar sua condição de liderança por ter sido dos primeiros a romper com o grupo de Dinarte Mariz, que era uma grande liderança no estado do Rio Grande do Norte. Tem por intuito, igualmente, reconhecer que essa condição também era propiciada, dentre outros, pela propriedade do jornal que analisamos: a Tribuna do Norte. Ele possuía o poder de divulgar sua fala. Reconhecemos, porém, que essa liderança só era possível no interior de jogos e negociações. É bem provável

Para isso, analisaremos o jornal utilizado para a veiculação desses discursos, que foi a Tribuna do Norte. Ela foi fundada por Aluízio Alves e seus irmãos Agnelo Alves e José Gobat Alves (CORREIA, 2007) e já constituía uma empresa jornalística que envolvia a Rádio Cabugi quando dos fatos aqui presentes.

Nesse periódico foram proferidos vários discursos que serviam para atacar ou defender. Isso poderia acontecer de maneira mais aberta e declarada ou de maneira mais felina e sorrateira. O fato é que todos esses enunciados serão tratados, conjuntamente, como discursos que tinham por intuito gerar significados sobre quem eram os adversários. Definir, mesmo que de forma dinâmica e mutável, era atacar e defender ao mesmo tempo. Era inscrevê-los em certos discursos a serem divulgados e que poderiam definir a eleição vindoura.

Não escapa o fato de que, embora o Brasil passasse por processo de fechamento político em decorrência do Golpe de 1964, ainda havia eleições para prefeito, vereador, governador, senador e deputado nos anos sob análise. Isso significa que havia rastros de democracia nesse período e que o jogo envolvia obtenção de votos. Será por isso que, em alguns momentos, o povo surgirá nos discursos de forma complexa. Em certos momentos ele é citado por ser o principal auditório da Tribuna do Norte; em outro porque simboliza apoio político e, conseqüentemente, perspectiva de vitória. Em certa medida, a inscrição da oposição é feita para ele e por ele.

Percebemos claramente que o problema que envolve as palavras arraigadas aqui é político. Nesse sentido, também se faz necessária a análise de outro ponto comum nesse campo. Falamos agora da temporalização (DERRIDA, 2011: 81)³. Nos discursos proferidos na Tribuna do Norte são comuns as operações com o tempo. O intuito delas é produzir,

que houvesse fortes disputas no interior do próprio grupo que denominamos aluizista e que poderiam, inclusive, questionar a posição ou decisões de Aluízio nele. O mesmo vale para o grupo *dinartista*.

² Ver nota anterior.

³ Compreendemos a *temporalização* como uma parte específica da *diferência* no que ela diz respeito às articulações com o tempo. Dessa forma, a produção de significados dá-se sempre no presente por meio de operações que relacionem elementos que estão em tempos diferentes. Analisaremos de que maneira elementos de presente, passado e futuro foram articulados no contexto das eleições de 1965. A temporalização, entendida dessa maneira, foi usada no processo de inscrição da oposição.

através da manipulação de elementos que não estão colocados de maneira natural naquele presente, significados sobre a oposição. Dessa forma, são transportados para o contexto das eleições tanto elementos anteriores a ela quanto são construídos cenários futuros. É dessa maneira que é produzido um tempo convenientemente linear que baseia o sentido do *logos*.

A preocupação que sempre move os jornalistas da Tribuna do Norte é criar sentidos para ações e dizeres da oposição. O tempo é arregimentado e articulado justamente no interior desse processo. Por isso, a ação de temporalização ocorre no interior de outra, que é a de inscrição. A temporalização é um dos elementos da inscrição e será analisado ao longo do texto como uma das maneiras de se criar discursos repletos de sentidos que imobilizem os adversários.

Essa tentativa de imobilização se dá pela divulgação de discursos que procuram sempre significar o outro para o povo. Os sentidos das ações da oposição eram sempre espúrios ou, de alguma forma, inferiores aos sentidos das ações de Aluizio e seus correligionários. Havia constantemente a tentativa de se dizer quais seriam as atitudes da oposição antes que elas acontecessem e de oferecer a elas significados indignantes (de tornar sem dignidade), denotando inferiorização ou necessidade de ruptura. Com isso buscava-se precaver a população dos artifícios pouco nobres que seriam utilizados e evitar a vinculação entre ambos.

Por fim, outro ponto que será analisado envolverá o problema das metáforas. Elas foram usadas em grande número. Muitas delas referiam-se à oposição como um conjunto. Entretanto, em muitos momentos, elas tiveram um endereçado único, que era o então senador Dinarte Mariz. Na Tribuna do Norte ele constava como o líder dos adversários. O homem a ser combatido por ser o representante do outro grupo e por, em alguns momentos, obstruir possíveis diálogos entre os homens em luta.

Essas metáforas aparecem de forma complexa. Estão sempre articuladas entre si e, ao mesmo tempo em que constroem sentidos para o outro, ajudam a mostrar o grupo aluizista como um diferente positivado. As metáforas participam do jogo das diferenciações, essencial para aquela contenda política. Ajudam a construir uma ideia de descontinuidade entre as

práticas do grupo dinartista e as do grupo aluizista. Será por isso que faremos menção a um parricídio sem sangue.

O encadeamento das metáforas também faz parte do processo de inscrição da oposição. Atribui a ela uma série de significados que podem ser encontrados no discurso produzido. As metáforas integram o processo de inscrição.

A oposição fragmentada e caluniadora

No interior do campo político, os discursos proferidos procuram articular alguns elementos de forma a torna-los significativos. Para isso, procuram construir diferenças entre eles. O que analisaremos nesse trecho é como o grupo aluizista procura inscrever a oposição atribuindo a ela significados opostos aos que atribui a si mesmo.

Houve, por volta de julho de 1964, um episódio que ganha bastante espaço na Tribuna do Norte. Ele envolve um ataque pela oposição e uma tentativa de defesa e contra-ataque por parte do grupo aluizista.

Existiam rumores, vindos dos adversários, de que o governador Aluízio Alves só não havia tido seu mandato cassado por corrupção porque o presidente Castelo Branco “o salvou de última hora” (TRIBUNA DO NORTE, 3 jul. 1964: 2). Mas os rumores eram confusos e incertos. Não havia nada de oficial comprovando todo o acontecido. Entretanto, surge no periódico a notícia de que o primeiro a fazer a denúncia foi Dinarte Mariz, que foi seguido de Djalma Marinho e Tarcísio Maia. Por divulgarem algo extra oficial, eles se comportavam como se todos os segredos da “revolução”⁴ fossem conhecidos deles.

Esses indivíduos, entretanto, eram os mesmos que o cel. Esteves Caldas havia enquadrado no Código Penal. Foram os mesmos que “roubaram”, “delapidaram”, “enxovalharam”. Além disso, cometeram “falcatruas” e “crimes”. Tudo isso antes da

⁴ Esse é o modo como a Tribuna do Norte se refere ao Golpe de 1964.

“revolução”. Depois dela eles começam a intitular aqueles que os pegaram no roubo - por meio de inquérito - de ladrão. Eram essas pessoas que divulgavam as informações sobre uma possível cassação de Aluízio (TRIBUNA DO NORTE, 3 jul. 1964: 2).

Exatamente por esse histórico de roubo, com tal denúncia de corrupção, o Conselho de Segurança Nacional (TRIBUNA DO NORTE, 3 jul. 1964: 2) não levou os denunciantes a sério. Esse órgão, antes de apurar os depoimentos feitos contra Aluízio Alves, analisaria a idoneidade dos denunciantes. Como Dinarte era muito “desmoralizado” (TRIBUNA DO NORTE, 3 jul. 1964: 2), o Conselho de Segurança Nacional não acatou o pedido de continuar a investigação.

A abertura de tal procedimento, por outro lado e de acordo com a Tribuna do Norte, constatou a debilidade senil de Dinarte. Demonstrava que ele já não raciocinava bem por causa da idade. Ora, como o Conselho de Segurança Nacional investigava a idoneidade do denunciante, era muito provável que eles resgatassem o inquérito produzido contra Dinarte pelo já citado cel. Esteves Caldas. Isso faria com que ele, ao invés de fazer Aluízio perder o cargo, perderia o seu de senador. No discurso do periódico, há uma torção dos fatos. Na triste trama literária, o denunciante produz contra si a denúncia.

O problema relatado revela ainda a fragmentação política e a desonestidade da oposição. Quem incentivou Dinarte a fazer a denúncia e preparou a papelada a ser apenas assinada pelo senador foi o seu suplente, Cortez Pereira. Com a perda do cargo por Dinarte⁵, ele, que viajava clandestinamente de graça nos aviões com dinheiro público, assumiria o cargo. Dinarte, com raciocínio debilitado pela idade, fora “vítima de uma cilada” (TRIBUNA DO NORTE, 3 jul. 1964: 2). A oposição estava fragmentada e se autodestruindo. Cortez, ainda por cima, teria falado a um parente que “Dinarte estava mesmo envelhecendo, desgastado pela idade” (TRIBUNA DO NORTE, 3 jul. 1964: 2). A euforia presente na frase se devia à certeza de que se tornaria senador com essa grande jogada!

⁵ A Tribuna do Norte procura deixar claro que o suplente sabia que o Conselho de Segurança Nacional investigava a idoneidade do denunciante e, por isso, resgataria o inquérito feito pelo cel. Esteves Caldas.

Na tentativa de inscrever novamente a oposição em um discurso e atribuir às suas ações um significado claro e delineável, já em momento diverso do analisado acima, é dito que ela levaria para o interior a sua “campanha da difamação” (TRIBUNA DO NORTE, 10 jan. 1965: 4). Essa seria levada aos municípios ainda não beneficiados pelas obras do governo Aluizio Alves na tentativa de conseguir apoio político. Não adiantaria porque o Plano de Desenvolvimento Municipal, em estudo na SUDENE (TRIBUNA DO NORTE, 10 jan. 1965: 4), iria, quando aprovado, levar obras até onde os “tentáculos do governo” ainda não haviam chegado. Seria o fim dos redutos da oposição (ARAÚJO, 2012).

No desespero de enfrentar essa contraofensiva, os adversários optariam por não lançar a candidatura de Dinarte Mariz. O que eles fariam seria, em primeiro lugar, afastá-lo. Depois, encontrariam alguém “mais desafortado” (TRIBUNA DO NORTE, 10 jan. 1965: 4), que pudesse intensificar a “campanha de difamação”. Encontravam-se fragmentados e sem explicações. Em outro momento é dito que, na verdade, o referido senador não promoveu uma retirada estratégica, mas sim um ato de covardia. Abandonou a luta eleitoral às vésperas do pleito para não ter que participar das “lamentações que enchem o cotidiano oposicionista” (TRIBUNA DO NORTE, 13 jan. 1965: 2).

Retomando a questão das obras. Era o efeito delas que desnor-teava a oposição. Dinarte Mariz, voltando a Natal, encontrou várias delas realizadas. Elas tinham muita repercussão na opinião pública. Segundo a Tribuna do Norte, na tentativa de contrapor as realizações de Aluizio, Dinarte tentou recordar-se das obras que realizara como governador, mas não conseguiu. Ele “confessou-se incapacitado para lembrar qualquer obra de seu governo, pois nada tinha a dizer sobre o assunto” (TRIBUNA DO NORTE, 15 dez. 1964: 4).

Esse discurso sobre o outro, entretanto, ganha em significação apenas no sistema das diferenças. O grupo aluizista mostrava-se como um diferente positivado. Era o oposto melhorado em relação ao grupo dinartista.

Há a tentativa de mostrar que, ao contrário da oposição, que estava “confusa”, “caótica”, a situação estava unida e fortalecida. Foi dessa forma que, em reunião envolvendo vários dos apoiadores e participantes do grupo aluizista, foram lançados três manifestos de “solidariedade total”, de “unânime solidariedade” ao governador. O secretário da Saúde,

deputado Assunção de Macedo, produziu uma nota de solidariedade a ser assinada por todo o secretariado (TRIBUNA DO NORTE, 3 jan. 1965: 1).

O primeiro manifesto foi assinado por uma série de políticos (todos listados)⁶. Alguns não puderam fazê-lo por estarem ausentes, mas eles em breve o fariam. Além dos ausentes, o interior do estado seria percorrido para se coletar as assinaturas de possíveis apoiadores. Assim haveria a produção de uma unidade em nível estadual. Boa parte desses apoiadores seria de prefeitos.

Houve durante essa reunião, antes de todas as outras falas, uma do próprio Aluizio em que convocava todos para uma “mesma luta”. Todas essas ações sistemáticas e unitárias serviriam para lutar contra a única coisa que a oposição possuía de sistemática, que era a sua “campanha de injúrias e difamações”, sua “campanha sistemática de difamação”. Essas “calúnias da oposição” desautorizavam qualquer argumentação contra o grupo aluizista porque não passariam de mentiras inventadas por pessoas desmoralizadas. Eles só falavam sem razão. Só o faziam porque constituíam a “linha do ódio” (TRIBUNA DO NORTE, 3 jan. 1965: 1).

O tema da fragmentação parecia ser bastante importante. Dessa maneira, havia uma tentativa por parte dos dois grupos políticos de acusar o outro de estar cindido. Um semanário da oposição afirmou que o deputado Jessé Freire, integrante da Cruzada da Esperança⁷, teria convidado o diretor do Correio do Povo para dirigirem um jornal. Isso, entretanto, constituiria uma afronta à Tribuna do Norte – jornal que fala o que é o grupo aluizista. A afirmação é, assim, desmentida.

A derrota antes da disputa

⁶ Walfredo Gurgel, o vice-governador Teodorico Bezerra, os deputados federais Clovis Mota, Aluizio Bezerra e Jessé Freire, os deputados estaduais Seráfio Dantas, Valmir Targino, Aderson Dutra, Paulo Barbalho, Ramiro Pereira, Firmino Gomes, Olavo Montenegro, Lauro Arruda e José Fernandes.

⁷ Espécie de coligação político-partidária que agregava os correligionários do grupo aluizista.

No trecho que segue analisaremos como o tempo é operado no interior do discurso da Tribuna do Norte. Da mesma forma, examinaremos a relação dessa operação com o processo de inscrição da oposição em um discurso que a signifique negativamente.

A intenção dos produtores do periódico é fabricar um *logos* onto-teológico (DERRIDA, 2011: 27) que propõem uma origem clara e continuada de todas as ações do grupo aluizista. Esse *logos*, da mesma maneira, construía uma noção de linearidade. Ele buscava mostrar que o grupo aluizista vinha do passado, transpassava o presente, e iria se impor ao futuro vencendo as eleições de 1965.

No interior desse discurso, a oposição era mencionada e suas ações eram previstas. Antes de se realizar, a Tribuna do Norte dizia exatamente o que iria acontecer e impunha a isso significados. Essas previsões eram uma forma do *logos* em produção, colocado em ação pelo grupo aluizista, capturar para si o futuro e ganhar força apagando todas as diferenças, todos os deslocamentos. A estratégia era significar as ações da oposição negativamente para, caso acontecessem como previsto, já estarem carregadas de sentidos.

Jogava-se com um tempo naturalizado que articulava presente, passado e futuro de maneira claramente linear. Não bastasse isso, o futuro é apresentado como previsto. A vitória nas eleições era certa. Antes da votação sabia-se o resultado porque todas as ações confluíam para isso. Nas crônicas da derrota anunciada, mesmo as tentativas de evitar certo futuro constituíam uma confirmação dele. Por ser onto-teológico, o discurso era igualmente teleológico.

Com isso seria possível imobilizar os adversários por eles estarem circunscritos discursivamente. Por estarem inscritos em seus atos e palavras. Esse mesmo *logos* mostrava que eles estavam temporalmente pressionados. O passado era de derrota. O futuro reservava uma repetição disso. Na complexidade do jogo, a oposição integra o *logos* para ser excluída dos processos políticos.

A oposição é acusada de arregimentar advogados para batalharem febrilmente por mandados de segurança contra o primeiro Ato Institucional⁸. O que a Tribuna do Norte faz é construir um futuro escatológico no qual uma série de obras do governo Aluízio, devido a essas batalhas no campo jurídico, seria estagnada. Dessa forma, os adversários tentariam, futuramente, conseguir mandados de seguranças contra elas.

Devido a essa ação inicial, haveria um encadeamento de ações futuras e semelhantes. Com isso haveria o embargo da construção do Hotel dos Reis Magos, das casas populares e dos Institutos Presidente Kennedy, Padre Monte e Padre Miguelinho (TRIBUNA DO NORTE, 1 dez. 1964: 4). Não parecia improvável que também fossem conseguidos mandados de segurança contra os 20 novos grupos escolares em construção e contra as redes de água e esgoto. Caso a própria Aeronáutica não tomasse cuidado, a oposição seria capaz de batalhar por mandados de segurança contra a construção da Barreira do Inferno⁹. O futuro é pintado como tenebroso através de uma linearidade e intensificação do presente.

Apontando nessa direção, no final de dezembro de 1964, quase um mês antes das eleições de 24 de janeiro, aparecem algumas matérias sobre o tema. Nelas, projeta-se o futuro. O ano de 1965 seria de vitória para o grupo aluizista. Isso aconteceria e o povo sairia às ruas para comemorar. Ele veria todas as obras realizadas e funcionando perfeitamente. Seria a grande oportunidade para implantar uma nova forma de conduzir os processos políticos. O povo, diferentemente do que ocorrera antes, escolheria a partir daquilo que mudara sua vida. Essa era uma referência às obras realizadas sob aquele governo e que envolviam “água, luz e educação” (TRIBUNA DO NORTE, 9 jan. 1964: 4).

A vitória de Aluízio para governador em 1960 havia libertado o povo da “opressão” e da “politicagem” (TRIBUNA DO NORTE, 17 jan. 1965: 4). Por conta disso a oposição já havia começado a perder o pleito há muito tempo. Isso significa que as eleições de 1964 são vistas como uma continuidade das de 1960. Por conta disso, na tentativa de construir uma resposta, os adversários enviaram de volta para a Guanabara o senador Dinarte Mariz. Ele

⁸ Série de medidas colocadas em prática durante o governo militar de 1964 e que criava certas regras que não necessitavam da aprovação do Poder Legislativo.

⁹ Base de lançamentos que fica próximo à cidade do Natal.

havia sido o principal derrotado em 1960. Por conta dessa linearidade entre as duas eleições e do futuro que, em 1964, seria igual ao de 1960, ele sequer participara de comícios. A oposição sabia que, caso o fizesse, sua derrota seria ainda mais fragorosa.

Dinarte Mariz, sabendo da derrota vindoura, viajou às vésperas da eleição. Na Tribuna do Norte isso era a denotação de covardia tal qual ele o tinha feito às vésperas da “revolução” de 1º de abril. Há assim outra operação com o tempo que produz uma linearidade entre diferentes ações em diferentes contextos, construindo significados. A ação de Dinarte de viajar para a Europa com dinheiro público pouco antes do Golpe de 1964 é colocada ao lado da viagem de volta para a Guanabara. Ambas aconteceram às vésperas de acontecimentos importantes, mas dos quais ele não participou por pura covardia.

Aluizio Alves, por outro lado, não temia ser derrotado. Era corajoso e enfrentava as eleições; até porque 1964 continuava uma luta anterior e vitoriosa. Sabia, entretanto, que não seria fácil. Ciente dos efeitos das obras do citado governo sobre a população e buscando os votos dela, a oposição iria caluniar o grupo aluizista fortemente. Seria uma tentativa de desfazer o apelo popular dessas realizações. Os embargos promovidos pelos mandados de segurança pareciam querer continuar aqui sob outras formas.

A imprensa oposicionista, na tentativa de desviar a atenção das iminentes eleições municipais de janeiro, começava a falar daquelas de outubro, para governador. Faziam isso por reconhecerem que nas de janeiro já estavam derrotados, restando alguma possibilidade de sucesso para as de outubro. Obviamente, para a Tribuna do Norte, essa possibilidade de sucesso viria por meios espúrios. Por meio de prorrogações e mandatos tampões¹⁰ eles poderiam adiar as eleições, encontrando assim mais tempo para se rearticularem politicamente. Mesmo assim, Dinarte havia supostamente dito sobre outubro que “não tenho idade para ser herói” (TRIBUNA DO NORTE, 15 jan. 1965: 2). Em outras palavras, outra derrota se delineava ainda em janeiro de 1965.

Uma das estratégias eleitorais está, assim, transparente. O grupo aluizista produz um contra discurso em relação a outras ações e discursos ainda não fabricados efetivamente pela

¹⁰ Período de tempo acrescido ao tempo regular de um mandato com o intuito de manter a estabilidade política.

oposição. Ele anuncia um futuro provável, mais que possível. O intuito é o de precaver os (e)leitores das ações da oposição. Isso porque ela não caluniaria apenas Aluizio, mas prejudicaria igualmente toda a obra dele, que era para o povo. Por conta disso, o sentido do que ela fazia é apresentado como espúrio e condenável.

A outra envolve trazer certos fragmentos do passado de forma a significar ações do presente. Essas temporalizações ajudam a comprimir temporalmente a oposição. O passado é de derrota e covardia. O futuro, *idem*. Ela aparece inscrita em um *logos* cujo tempo, também no interior dele, sufoca-a. O discurso estabelece 1960 como origem. Essa aparece no presente e seus produtores querem que ela siga idêntica no infinito, produzindo linearidades politicamente convenientes.

Nova mentalidade política e parricídio sem sangue

No interior do discurso em que procura inscrever os adversários, os jornalistas da Tribuna do Norte trabalham uma série de metáforas. Da mesma maneira se fazem presentes várias menções a uma nova forma de conduzir os processos políticos a partir do governo Aluizio Alves. Iremos, nessa parte, investigar as relações entre esses dois elementos e o que, articulando-os, o periódico pretendia. Gostaríamos apenas de lembrar que esse jornal representava o grupo aluizista e, em especial, suas lideranças.

Ao fim da primeira quinzena de dezembro de 1964 a oposição promoveu uma reunião na presença de Dinarte Mariz. Relatando e analisando o fato, a Tribuna do Norte veicula a metáfora do “Quartel General” (TRIBUNA DO NORTE, 13 dez. 1964: 4). Ela aparece associada a um enunciado em que os adversários, ali reunidos, “lembravam com nostalgia os favores recebidos” (TRIBUNA DO NORTE, 13 dez. 1964: 4). É a associação da oposição a um antigo modo de fazer política relativo ao recebimento de favores do poder público. O “Quartel General”, por sua vez, é uma menção à militarização e ao uso da força policial, especialmente durante o período eleitoral. Uma forma de intimidação dos votantes.

Da mesma forma, na construção desse enunciado, há ainda a indicação do paternalismo dessa maneira antiga de se fazer política. Eles não estavam preocupados em

libertar o povo, mas em exercer certo poder sobre ele. Aparece, assim, a menção de Dinarte como o “amado pai” (TRIBUNA DO NORTE, 13 dez. 1964: 4).

Por conta disso e pelo fato dela ser uma continuidade em relação a 1960, as eleições de 1965 seriam de vitória certa para o grupo aluizista. Isso aconteceria porque ele representava “nova mentalidade política” (TRIBUNA DO NORTE, 8 jan. 1965: 5). Ao fazer menção a esse termo, todas as metáforas dispersas ganham um sentido mais claro. Dinarte era o “amado pai”, o “velho pai” (TRIBUNA DO NORTE, 31 dez. 1964: 4). Representava uma velha política à qual o grupo aluizista se opunha

Foi por isso que a vitória de Aluizio Alves, em 1960, foi importante. Ela libertou o povo da “opressão” e da “politicagem”. Essa vitória serviu para causar vergonha nos adversários. A situação chegava a tal ponto que a oposição evitou publicar em seu periódico as declarações de Dinarte no Diário Carioca. Nelas, ele falou da utilização de dinheiro público nas eleições passadas (TRIBUNA DO NORTE, 17 jan. 1965: 4).

Segundo a Tribuna do Norte, as declarações eram tão insanas que deveriam ser usadas na “Coluna Psiquiátrica”, pois revelavam a “alma do velho”. Parecia que a própria oposição não confiava mais na lucidez do “grande chefe” e por isso não veiculava as palavras dele (TRIBUNA DO NORTE, 17 jan. 1965: 4). A publicação, entretanto, era importante para que o povo pudesse rir do que foi dito. Caso a oposição a publicasse, iria ajudar a “revolução a recuperar o bom-humor do povo” (TRIBUNA DO NORTE, 17 jan. 1965: 4). A ruptura em relação ao grupo Dinartista era forte de tal maneira que, quando o “grande chefe” se pronunciava sobre seus procedimentos políticos, tudo soava absurdo.

Confirmando essa “nova mentalidade política” surgiam, inclusive, sujeitos proeminentes. O Dr. Celio Borges, secretário do governador Carlos Lacerda – governador da Guanabara – passou por Natal e declarou ao jornal A ORDEM: “o governador Aluizio Alves renovou o processo político do Rio Grande do Norte ao estabelecer o contato direto com o povo, prestando conta de sua administração e da obra do seu governo” (TRIBUNA DO NORTE, 8 jan. 1965: 5).

Esse pronunciamento é apresentado pelo jornal como:

imparcial, sereno, verdadeiro e isento de qualquer parcela de interesse político ou subalterno, constitui e representa o resultado exclusivo da vontade e da sabedoria dos que estudam e analisam, refletindo, os imperativos da opinião pública, sempre vigilante e clarividente ante à verdadeira história da vida potiguar (TRIBUNA DO NORTE, 8 jan. 1965: 5).

A declaração não era, entretanto, tão imparcial assim. Em 1950 Aluízio Alves ajudou a fundar o jornal Tribuna da Imprensa juntamente com Carlos Lacerda. No mesmo ano o potiguar fundou a Tribuna do Norte no intuito de formar uma rede de comunicação das Tribunas idêntica à formada pelo Diário dos Associados, de Assis Chateaubriand. Por fim, Carlos Lacerda e Aluízio Alves foram muito próximos no período em que esse último foi líder da UDN – mesmo partido do governador da Guanabara - na Câmara dos deputados em 1953 (PEREIRA, 2005: 321).

Na medida em que o Dr. Celio Borges era secretário justamente do governador Carlos Lacerda e que entre ambos os governos havia certa comunicação¹¹, não parece absurdo dizer que a afirmação não foi imparcial.

A referida renovação se constituía enquanto contraponto à “miopia moral, indiferença, descaso, pusilanimidades, desrespeito, malsinações”. A novidade era justamente a “consciência, visão moral, solidariedade”. Ela constituiria “novos rumos” e “novas diretrizes” (TRIBUNA DO NORTE, 8 jan. 1965: 5).

A nova mentalidade também estava apoiada em um “programa de realizações”, que é uma clara referência ao projeto de produção e inauguração de uma série de obras. Dentre elas estavam a construção de casas populares, expansão da rede de água da CASOL¹² e chegada da

¹¹ Essa é uma referência, dentre outros, ao fato de que o saber técnico usado na construção de casas populares no Rio Grande do Norte pelo governo Aluízio Alves veio da experiência da Guanabara durante o governo Carlos Lacerda. Alguns técnicos da Fundação de Habitação Popular (FUNDHAP), que foi o responsável pela construção de casas em terras potiguares, fizeram estágio nas construções de domicílios daquele lugar.

¹² Essa era a empresa responsável pela distribuição de rede de águas e esgoto no Rio Grande do Norte nesse período.

energia de Paulo Afonso ao Rio Grande do Norte. A novidade não era puramente discursiva. Buscava construir marcos de ruptura em todo o estado.

As eleições de 24 de janeiro de 1965 seriam a grande oportunidade que o Rio Grande do Norte teria para implantar a nova mentalidade política que vinha sendo anunciada na Tribuna do Norte há dias. Nessas eleições, diferentemente do que ocorria com a velha mentalidade, não haveria fraude, uso da força ou do dinheiro para interferir no processo eleitoral. O povo iria escolher a partir daquilo que mudara a sua vida, o que foi obtido pelos investimentos de Aluizio em “água, luz e educação”.

Essa é uma ameaça à oposição, na medida em que essa dependia dos velhos métodos para vencer. Com suas realizações o atual governo, para sair vitorioso da disputa eleitoral, não necessitaria de uma “máquina eleitoral lubrificada” (ALVES, 1976), o que constitui uma clara referência aos dizeres de Dinarte Mariz. Nesses dizeres o senador assume abertamente que usou a máquina administrativa do Estado para vencer eleições, o que era ilegal.

No dia 11 de janeiro de 1965 a oposição havia se reunido novamente. Entretanto, ela optou por não debater seus problemas e as soluções em Natal. Foram para alguma cidade do interior. Para a Tribuna, isso representava a “falta de inspiração” em encontrar uma contraofensiva aos efeitos das obras do governo Aluizio, que se concentravam sobretudo em Natal. Foi justamente na tentativa de construir uma resposta que ela enviou de volta para a Guanabara o “velho pai bem amado”, o “velho chefe” (TRIBUNA DO NORTE, 12 jan. 1965: 4).

Estava claro que o povo não mais queria a “nostalgia dos cabelos brancos”. Exatamente por isso, nessa segunda reunião, “referências ao passado foram evitadas”. Há igualmente a tentativa de informar à população o que acontecia com os adversários, deixando clara sua impotência diante das novas condições de vida produzidas para o Rio Grande do Norte a partir do governo Aluizio Alves. A nova mentalidade política e seus efeitos imobilizariam os concorrentes. Qualquer tentativa de trazer Dinarte para o pleito seria apenas para levar a derrota aos “ombros cansados do velho chefe” (TRIBUNA DO NORTE, 10 jan. 1965: 4).

Há ainda uma referência ao poder de silenciar os correligionários que o “velho pai bem amado” exercia. Dessa forma, nos dizeres da Tribuna do Norte, Djalma Marinho e Vingt Rosado constituíam os mais prestigiados da oposição. Eles pensariam, supostamente, o seguinte a respeito do governo Aluízio Alves: “Então nós, os mais desgastados porque combatemos um governo popular, sofremos ainda o ônus da esmagadora derrota de 24 de janeiro” (TRIBUNA DO NORTE, 13 jan. 1965: 2). Não bastasse isso, eles estariam sofrendo com o fato de terem deixado, quando eram governo, crianças sem escola e, portanto, analfabetas. Depois de Aluízio Alves eles haviam se tornado adultos alfabetizados graças às escolas e aos projetos de educação. Iriam se vingar nas urnas.

Vimos que, no interior do discurso veiculado na Tribuna do Norte, existe uma série de termos como “velho pai”, “velho chefe”, “amado pai”, “nostalgia dos cabelos brancos” (TRIBUNA DO NORTE, 12 jan. 1965: 4). A parte óbvia é que eles não podem ser tomados ao pé da letra. Dinarte não era pai de seus correligionários ou de seus eleitores. Todos devem ser entendidos de forma metafórica, levando em consideração toda articulação discursiva que integram.

Esse senador, à época das matérias aqui analisadas, era um senhor. Já possuía certa idade. Entretanto, levando-se novamente em consideração o discurso que integram e significam, não se pode pensar que o termo “velho” diz respeito somente à idade. Tanto “pai” quanto “velho” formam uma rede de metáforas (RICOUER, 1976) que procuram gerar um sentido claro: Dinarte Mariz e seus correligionários representam velhas práticas políticas. Usam inclusive da força policial para vencer as eleições. Por isso, quando se reúnem, o fazem em um “Quartel General”.

O grupo aluizista, por outro lado, se coloca como formulador de uma “nova mentalidade política”. Essa está apoiada em uma série de obras produzidas e inauguradas pelo governador Aluízio Alves. São elas que o ligam ao povo. Por isso a Tribuna do Norte empenha-se tanto em protegê-las da “campanha de difamação” dos adversários.

A intenção da Tribuna do Norte, no manejo das metáforas e enunciados torcidos por elas, é produzir um modelo (RICOEUR, 1976: 77-79) de oposição ao qual se possa vincular uma série de significados negativos. Esse modelo aponta para o interior do próprio discurso e

é formulado nele. A perda do referente, externo ao discurso, no entanto, não é plena. Ao contrário. Há um isomorfismo (RICOEUR, 1976: 79) entre a oposição do discurso e a da realidade. É isso que possibilita a transferência do modelo formulado no discurso para fora dele.

Essa era justamente a grande batalha do periódico. O que seus produtores estavam tentando fazer era, produzindo um modelo de oposição, procurar fazer com que ele fosse transferido para a realidade. Assim, ele serviria para redescrevê-la (RICOEUR, 1976: 78) sob seus comandos. A batalha envolvia a cognição. Dizer o que a oposição é. Submetê-la ao seu discurso. Se os eleitores fizeram tal qual o periódico queria, são dados que extrapolam essa pesquisa.

Por fim, percebemos que a luta envolvia uma tentativa veemente de negação dos fazeres e dizeres de Dinarte Mariz, em especial. O fato é que Aluízio Alves, até 1960, esteve sob sua tutela na UDN. Acetou sua liderança e muitos de seus conselhos e indicações de candidatura. Entretanto, após Dinarte haver recusado sua tentativa de se tornar governador, indicando Djalma Marinho para o pleito, Aluízio rompe e muda de partido. Vai para o PSD e lança a chamada Cruzada da Esperança para a disputa. Usa a Tribuna do Norte para atacar não só os adversários, mas também o atraso socioeconômico do estado (SILVA, 2012).

Aluízio Alves, que até então aceitara vários ditames de Dinarte Mariz, passou a negar sua influência. Procurou, como vimos, submetê-lo por todas as formas. Negou a herança para tornar-se líder de si e de outros. Voltou-se contra o “velho pai”, sua tutela e suas imposições. Cometeu, assim, um parricídio (MONEGAL, n. 21: 125-132) sem sangue.

Referências Bibliográficas

ALVES, Aluízio. **A verdade que não é secreta**. Natal: Aluízio Alves, 1976.

ARAÚJO, Felipe Tavares de. **Cidade da Esperança**: jogos e articulações entre a Aliança para o Progresso e o campo político do Rio Grande do Norte na década de 1960. In: VI Simpósio Internacional de Estados Americanos. Anais do VI Simpósio Internacional de Estados Americanos, Natal. No prelo.

CORREIA, Karla Marthinna Viana. **Análise de conteúdo do jornalismo impresso natalense**. 2007. 167 f. Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito fundamental para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ECO, Umberto. **A busca da língua perfeita na cultura europeia**. Bauru: EDUSC, 2002.

FORÇAS POLÍTICAS que apoiam Governo manifestam solidariedade a Aluísio Alves e repúdio à difamação. **Tribuna do Norte**, Natal. 3 jan. 1965.p.1.

MONEGAL, Emir Rodríguez. Borges e Derrida: Boticários. **Maldoror**. Montevideu, n.21 p.125-132.

MONEGAL, Emir Rodríguez. Borges: teoría y práctica. **Número**. n. 27 p. 125-157, dez., 1955.

NOVA MENTALIDADE política. **Tribuna do Norte**, Natal. 8 jan. 1965.p.5.

PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias Imaginárias**: Estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História e Espaço. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUPB, 2011.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. **Criar ilhas de sanidade**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica. 2005.

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1976.

SILVA, Wesley Garcia Ribeiro. **Cartografia dos Tempos Urbanos**: representações, cultura e poder na cidade do Natal (década de 1960). Natal: EDUFRN, 2011.

SILVA, Wesley Garcia. **Imprensa e Construção de Imagens Políticas**: a “Tribuna do Norte” e a trajetória política de Aluísio Alves. No prelo

TRIBUNA POLÍTICA. **Tribuna do Norte**, Natal. 3 julho. 1964.p.2.

TRIBUNA POLÍTICA. **Tribuna do Norte**, Natal. 31 dez. 1964.p.4.

TRIBUNA POLÍTICA. **Tribuna do Norte**, Natal. 15 dez. 1964.p.4.

TRIBUNA POLÍTICA. **Tribuna do Norte**, Natal. 1 dez. 1964.p.4.

TRIBUNA POLÍTICA. **Tribuna do Norte**, Natal. 9 jan. 1964.p.4.

TRIBUNA POLÍTICA. **Tribuna do Norte**, Natal. 13 dez. 1964.p.4.

TRIBUNA POLÍTICA. **Tribuna do Norte**, Natal. 10 jan. 1965.p.4.

TRIBUNA POLÍTICA. **Tribuna do Norte**, Natal. 13 jan. 1965.p.2.

TRIBUNA POLÍTICA. **Tribuna do Norte**, Natal. 17 jan. 1965.p.4.

TRIBUNA POLÍTICA. **Tribuna do Norte**, Natal. 15 jan. 1965.p.2.

TRIBUNA POLÍTICA. **Tribuna do Norte**, Natal. 17 jan. 1965.p.4.

TRIBUNA POLÍTICA. **Tribuna do Norte**, Natal. 12 jan. 1965.p.4.